

A expectativa do governo era formalizar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) antes da assembléia-geral da organização, que deverá realizar-se em Bangkok, na Tailândia, a partir de 12 de outubro, mas, ao que tudo indica, o País terá de esperar mais um pouco. De acordo com o cronograma esboçado após a última visita da missão técnica do FMI, o texto definitivo da carta de intenções será fixado durante a realização da reunião anual do FMI/Banco Mundial, esperando-se que o acordo seja concluído logo após.

A rapidez é fundamental nesse processo, uma vez que, com o avanço dos entendimentos com o Fundo, será mais fácil vencer as divergências que ainda impedem a finalização das negociações que, paralelamente, o governo brasileiro vem mantendo com o comitê assessor dos bancos credores. Acredita-se que, quase simultaneamente, o Brasil poderá também fazer um acerto, já em estruturação, com os governos dos países representados no Clube de Paris.

Se essa perspectiva se concretizar, e não há motivos reais para imaginar o contrário, o

Balizamento de uma nova política

mês de outubro deverá permitir um melhor balizamento da política econômica, com o retorno da normalização das relações com a comunidade financeira internacional, objetivo que o atual governo persegue há mais de um ano, insistindo sempre em que não assumiria compromissos que não pudesse atender.

Está perfeitamente claro que o cumprimento das metas para o ajuste fiscal exigirá sacrifícios, mas acreditamos que elas sejam factíveis. No conceito de déficit primário, no qual são desconsiderados os encargos da dívida, a meta é de um superávit equivalente a 1,4% do PIB neste ano, chegando a 2% em 1992 e a 3% do produto real no exercício subsequente. Para alcançar esses objetivos, o governo não está contando, a médio prazo, com o efeito das emendas constitucionais enviadas ao Congresso Nacional nem com receitas provenientes do processo de privatização. O que se pretende é propor uma reforma tributária

de emergência mediante leis ordinárias, o que nos parece uma atitude prudente.

A colaboração do Congresso será indispensável, agindo com presteza suficiente para aprovar as medidas que deverão ser propostas possivelmente ainda no decorrer da semana que se inicia. Sempre haverá parlamentares que alegarão que o governo estaria procurando fazer passar um "pacote" pronto e acabado, sem dar espaço para alterações. Cuidadosamente, para não fomentar esse tipo de desconfiança, as autoridades não tencionam inovar, introduzindo teses controversas. A idéia, como informou o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, é fazer um remanejamento nas faixas de isenção e nas alíquotas do tributo. É claro que, nessas circunstâncias, as colaborações dos congressistas no sentido de aperfeiçoar as proposições oficiais serão bem aceitas, desde que não desvirtuem o princípio fundamental que é o de aumentar a arrecadação.

Essa política tem como contrapartida a manutenção de uma política monetária ativa, com elevadas taxas de juro, questão que tem polarizado as queixas de empresários. Muitos deles, porém, compreendem que, na situação em que se encontra o País, simplesmente não há alternativa para um combate eficaz à inflação, que o governo pretende baixar para o nível de 2% ao mês em dezembro do próximo ano.

No tocante ao setor externo, as autoridades monetárias não vêem motivo para preocupação, considerando a estagnação do movimento exportador que agora se observa como um fenômeno ocasional. Suspeitamos que se trata mais do que isso e que, para ativar as vendas externas, o governo venha a ser levado a adotar uma política mais agressiva na área cambial. Acreditamos que a sistemática atual de leilões de divisas através de "dealers" pode funcionar melhor como instrumento para adaptação às condições de mercado. O essencial, notadamente quando se prevê a continuidade da retração do mercado interno, é motivar as empresas para que busquem explorar oportunidades no mercado internacional.